

Helena Machado¹

“Noções elementares sobre poder, desigualdades e classes sociais nas sociedades ocidentais contemporâneas”

Resumo

Conceitos como “poder”, “desigualdades sociais” e “classes sociais” são fundamentais para as ciências sociais, nomeadamente para a Geografia, na medida em que as diferentes formas físicas e humanas de apropriação e de transformação dos espaços traduzem relações de poder e as desigualdades sociais presentes nas estruturas sociais, que se espelham e se interpenetram com as estruturas espaciais. Atendendo ao papel basilar de autores clássicos no desenvolvimento da análise sociológica do poder e das desigualdades sociais, expomos neste texto as principais dimensões da teoria das “classes sociais” (Karl Marx) e da “estratificação social” (Max Weber).

Palavras-chave: poder, desigualdades sociais, classes sociais.

Abstract

“Power”, “social inequalities” and “social classes” are core concepts to the social sciences, namely to Geography, considering that the diverse physical and human ways of appropriating and transforming spaces expose the relations of power and social inequalities that are present at the social structures but which also reveal and interpenetrate themselves with the spatial structures. Taking into account the underlying impact of classical authors on the development of sociological analysis aimed to power and social inequalities,

¹ Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho
Campus de Gualtar
4710-057 Braga PORTUGAL
email: hmachado@ics.uminho.pt
Telefone: 00351253604212
Fax: 00351253678850

this article exposes some basic principles of the theories of “social classes” (Karl Marx) and of “social stratification” (Max Weber).

Keywords: power, social inequalities, social classes.

Introdução

Conceitos como “poder”, “desigualdades” e “classes sociais” integram o vocabulário utilizado nas interações sociais do quotidiano. Quem é que nunca se referiu ao grupo dos mais “poderosos”, tendo em mente, por exemplo, a classe política, empresários bem-sucedidos ou dirigentes de grupos financeiros? Não se dedica a denominada literatura “cor-de-rosa” à vida íntima e social de pessoas com “poder”? O desagrado pelo aumento das desigualdades na sociedade é também um tema recorrente, podendo surgir tanto como tópico nas conversas informais como motivo para o desenvolvimento de acções concertadas da parte de movimentos associativos de diversa índole. O sentimento de pertença a uma determinada “classe social” ou a comparação entre os indivíduos que pertencem à “nossa classe social” e os “outros” é também assaz conhecido da maioria dos cidadãos.

Desde as suas origens como disciplina científica que a Sociologia tem tomado como um dos seus objectos de estudo centrais as relações de poder e as desigualdades sociais, tendo como pressuposto que estas constituem um fenómeno universal, transversal ao espaço e aos períodos históricos. Por outras palavras, por mais elementar e homogénea que seja uma sociedade ou um grupo, as relações que se estabelecem entre os diferentes indivíduos revelam sempre algum grau de assimetria: logo, configuram-se relações de poder que, por sua vez, reflectem um determinado nível ou padrão de desigualdade.

Tendo presente as dimensões da realidade social que vão de encontro aos interesses académicos e perspectivas profissionais dos estudantes do Curso de Licenciatura em Geografia e Planeamento da Universidade do Minho, torna-se imprescindível salientar que as diferentes formas físicas e humanas de apropriação e de transformação dos espaços traduzem de modo inequívoco as relações de poder e as desigualdades sociais presentes nas estruturas sociais, que se espelham e se interpenetram com as estruturas espaciais (Silva, 1991).

A Sociologia ao tomar como objecto de estudo os fenómenos sociais que nos rodeiam e dos quais muitas vezes fazemos parte, nomeadamente aqueles que aqui abordamos – o poder, as desigualdades e as classes sociais – faz com que haja uma forte articulação entre essa disciplina científica e o senso comum. As noções de senso comum e os modos como estas se manifestam nas ideias, opiniões e comportamentos dos indivíduos são parte integrante da realidade social, e como tal são uma das principais matérias-primas do sociólogo².

O sociólogo Peter Berger sintetizou de modo claro e simples as relações que caracterizam a Sociologia e o senso comum, ao afirmar que *“O sociólogo não examina fenómenos de que ninguém mais toma conhecimento. Simplesmente, ele olha esses mesmos fenómenos de um modo diferente.”* (Berger in Nunes s/d: 24). Por outras palavras, a Sociologia encara os fenómenos da vida em sociedade de um outro ponto de vista – diferente do que é revelado pelo senso comum – geralmente *“oculto”*, isto é, que não é possível alcançar sem que seja realizado um trabalho de reflexão e de investigação, ancorado em determinados princípios teóricos e metodológicos. Um dos instrumentos que o sociólogo tem ao seu alcance para produzir um conhecimento científico da realidade social que lhe permita distanciar-se das noções de senso comum que resultam da

² O tema das relações entre a Sociologia (e outras ciências sociais) com o senso comum e consequente necessidade de uma apurada *“vigilância epistemológica”* é detalhadamente abordado por vários autores, não sendo aqui objecto de desenvolvimento. Para informações pormenorizadas e fundamentadas, consultar (Almeida, 1995; Bourdieu *et al*, 1968, 1980; Pinto, 1994; Santos, 1989)

familiaridade com o mundo social, é precisamente o recurso e o uso de um vocabulário técnico. Conceitos como “poder”, “desigualdades sociais” e “classes sociais” integram o vocabulário do senso comum, mas simultaneamente são conceitos fundamentais do pensamento sociológico, tornando-se imprescindível clarificar o sentido e conteúdo científico dos mesmos, com base numa revisão de algumas das principais tradições teóricas que estão na origem das suas conceitualizações actuais.

Procedeu-se a uma selecção criteriosa dos quadros teóricos a explicar, com base, por um lado, na importância histórica e científica das teorias do social e, por outro, na necessidade de apresentar quadros explicativos diversificados. Atendendo ao papel basilar de teóricos clássicos como Karl Marx e Max Weber no desenvolvimento das análises sociológicas do poder e das desigualdades sociais, optamos por expor as principais dimensões das teorias enunciadas por esses autores, numa linguagem simultaneamente rigorosa do ponto de vista científico e acessível a estudantes do primeiro ano do ensino superior.

O poder e as desigualdades sociais na perspectiva de Karl Marx

De acordo com a análise que Karl Marx (1818-1883) faz da sociedade do seu tempo, a base do poder e das desigualdades sociais das sociedades industriais capitalistas reside na propriedade privada dos “meios de produção” (capitais, terras, matérias-primas, ferramentas e equipamentos).

Compreenderemos melhor esta tese se precisarmos alguns aspectos da análise que este autor faz da sociedade industrial do século XIX. Assim, é importante reter os seguintes aspectos da abordagem que Karl Marx apresenta:

- Todas as sociedades devem ser analisadas sob o ponto de vista da sua actividade produtiva, nomeadamente pelo conjunto das relações sociais que se estabelecem entre os indivíduos envolvidos no processo produtivo. De facto,

Marx entende que é no trabalho e na actividade económica que o homem define a essência da sua existência.

- Em todas as sociedades podemos distinguir a base económica – a infraestrutura (formada pelas forças de produção e relações de produção); e a superestrutura (o nível jurídico, político e ideológico que forma o conjunto das ideias dominantes). O materialismo é uma posição filosófica que faz depender as ideias dominantes de uma sociedade da sua base económica.

- Na sequência da perspectiva “materialista” das relações humanas e da sociedade revelada pelo autor, procede-se a uma distinção entre as “forças produtivas” (formadas pelos meios de produção, juntamente com os métodos e técnicas de produção e os próprios trabalhadores com a sua força de trabalho) e as “relações de produção” (que resultam do regime de propriedade dos meios de produção e das formas de repartição dos produtos).

- O traço essencial que caracteriza a sociedade moderna é o capitalismo, entendido como um sistema económico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção e de troca, que se caracteriza igualmente pelo domínio da procura da “mais-valia” (quantidade de valor produzido pelo trabalhador além do tempo de trabalho necessário à produção de valor equivalente ao que o mesmo trabalhador recebeu em salário).

Desta síntese dos traços fundamentais da visão de Karl Marx sobre a sociedade capitalista industrial emergem alguns aspectos que clarificam o modo como o autor concebe as relações de poder, as desigualdades e as classes sociais. Como refere Anthony Giddens, *“Segundo Marx, as classes surgem quando as relações de produção implicam uma divisão diferenciada do trabalho, divisão essa que permite a acumulação de excedentes de produção que podem ser apropriados por uma minoria, a qual se coloca assim face à massa dos produtores numa relação de exploração”* (Giddens, 1990: 70).

Ao longo da sua extensa obra, Karl Marx nunca definiu “classe social” mas do que ficou exposto clarificam-se algumas ideias fundamentais relativas à teoria do autor sobre o poder, as desigualdades e as classes sociais:

- Karl Marx faz ancorar a desigual distribuição de poder e a correspondente hierarquia social na posição que os indivíduos ocupam frente à propriedade privada dos meios de produção. A posse de propriedade caracterizava a burguesia (classe dominante) e a ausência de propriedade (com exceção da sua própria força de trabalho) caracterizava o proletariado (classe dominada).

- Ao entender que todas as sociedades se edificam com base na divisão entre duas classes antagónicas, o modelo de classes que Marx expõe é dicotómico e pressupõe relações conflituais.

- Na perspectiva do autor, a história de todas as sociedades é a história da luta de classes: dos conflitos entre as classes que são proprietárias e as classes que não têm propriedade.

Em suma, de acordo com Karl Marx, as formas de poder e as desigualdades sociais estruturam-se pela esfera económica, pelo que as classes sociais serão conjuntos de agentes sociais determinados pelo seu lugar no processo de produção.

A abordagem que Karl Marx elaborou do poder, das desigualdades e das classes sociais constitui um importante legado para a Sociologia. O pressuposto de que não podemos compreender a sociedade moderna sem atendermos ao seu funcionamento económico continua presente em teorias do social mais recentes. No entanto, na sua generalidade, mesmo aqueles autores que explicitamente revelam a influência marxista nas suas abordagens do social, entendem que a teoria de Karl Marx contém dois “equivocos” fundamentais: por um lado, a abordagem dicotómica das classes sociais não é compatível com a realidade social contemporânea – ao contrário do que Marx previu, não se tem assistido a uma bipolarização das classes, mas sim a uma

complexificação e diversificação dos grupos sociais, sendo de salientar a importância crescente das denominadas “classes médias” . Por outro lado, vários autores marxistas – ou se preferirmos, “neomarxistas” – embora partilhem da ideia de que o económico detém um peso fundamental na estruturação da posição dos indivíduos na hierarquia social, entendem que a organização económica não poderá ser o único factor explicativo das desigualdades sociais.

Nicolas Poulantzas, um importante autor neomarxista do século XX, procurou desenvolver alguns dos aspectos menos conclusivos da teoria de Karl Marx acerca das classes sociais e, simultaneamente, adaptar a abordagem ao contexto das sociedades contemporâneas. Assim, este autor procede a uma identificação das classes sociais com base em critérios multifacetados, que obrigam a uma análise do posicionamento ao nível das relações de produção mas também ao nível da superestrutura ideológica.

“As classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, pelo seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera económica. De facto, não seria preciso concluir sobre o papel principal do lugar económico, sendo este suficiente para a determinação das classes sociais. Para o marxismo, o económico assume o papel determinante num modo de produção e numa formação social: mas o político e o ideológico, enfim, a superestrutura, desempenham, igualmente um papel muito importante” (Poulantzas, 1975 in Carvalho *et al.*, 1995: 346-347).

A estratificação social em Max Weber

A teoria da estratificação social de Max Weber encontra-se explanada na sua obra *Economia e Sociedade* (1919-1922) e centra-se no conceito de “poder”, entendido por Weber como sendo “a possibilidade que um homem ou uma pluralidade de homens tem de fazer prevalecer a sua própria vontade numa actuação

comunitária, mesmo contra a resistência de outros intervenientes." (Weber in Cruz, 1989: 737).

Segundo este autor, as desigualdades sociais manifestam-se essencialmente de três modos diferentes: a hierarquia económica, que define a "classe" em sentido restrito; a hierarquia social propriamente dita, que forma os "grupos de *status*" e a hierarquia política, que origina a formação de "partidos", aqui entendidos como um grupo de indivíduos associados com vista a alcançar ou manter a liderança política.

Cada das diferentes dimensões de estratificação social concebidas por Max Weber é configurada como estando apoiada num tipo concreto de poder. Deste modo, a formação da "classe" baseia-se no "poder económico", exercitado no mercado; os "grupos de *status*" alicerçam-se no denominado "poder social", que por sua vez surge associado à avaliação que a sociedade faz dos atributos pessoais de um indivíduo, concedendo-lhe um certo grau (positivo ou negativo) de "honra"; por fim, os "partidos" formam-se em função de uma desigual distribuição de "poder político", opondo dominantes e dominados.

Não obstante Max Weber distinguir conceptualmente três diferentes dimensões da hierarquia social, o autor entende que a nível empírico as três formas de poder e correlativas hierarquias podem surgir relacionadas, de modo estreito e variado. É ilustrativa desse posicionamento o seguinte extracto da obra *Economia e Sociedade*:

"O poder, até mesmo o económico, pode ser valorado «por si mesmo», e com muita frequência a aspiração dele é co-condicionada pela «honra» social que traz consigo. Mas nem todo o poder acarreta honra social. O «boss» americano típico, tanto quanto o grande especulador típico, renunciam conscientemente a ela; e, de modo muito geral, justamente o poder «meramente» económico, sobretudo o poder monetário «simples e cru», não

constitui de forma alguma um fundamento reconhecido de «honra» social” (Weber *in* Cruz, 1989: 737).

Apesar de nas sociedades modernas poder económico poder condicionar a posição social e a posição política, não se pode considerar o factor económico como a base única e determinante da estratificação social – segundo Max Weber, a sobrevalorização do económico na análise das desigualdades sociais é um dos erros da teoria marxista das classes sociais. De acordo com Weber, o carácter determinante do factor económico aparece numa conjuntura concreta e não estabelece uma relação geral e universal, podendo uma sociedade e uma época caracterizar-se pelo tipo de estratificação social dominante. Em outros contextos históricos, nomeadamente nas sociedades feudais, o *status* justificava o poder económico e o poder político. E mesmo nas sociedades modernas, nem sempre o poder económico é o factor determinante para posicionamento dos indivíduos na hierarquia social. O autor aponta como exemplos de “excepção” ao determinismo do poder económico, o caso dos chamados “novos-ricos”, cuja fortuna não basta para obter o prestígio social de que gozam as “famílias tradicionais” e ainda a situação do professor universitário, cujo elevado prestígio social surge associada a uma condição económica que podemos classificar como mediana.

Conclusão

A maioria das abordagens sociológicas sobre as desigualdades sociais está enraizada nas perspectivas dos autores clássicos, sendo comum distinguir, a um nível teórico, entre “teorias das classes” (que apresentam uma ligação à teoria de Karl Marx), teorias da “estratificação” (associadas a Max Weber) e teorias funcionalistas da estratificação (Kingsley Davis e Wilbert E. Moore). Algumas teorias contemporâneas apresentam características “mistas”. Além disso, há que considerar que muitas das teorias contemporâneas apresentam

desenvolvimentos teóricos sobre aspectos que não foram abordados pelos clássicos. De facto, o século XX trouxe consigo amplas transformações sociais e económicas, estranhas à abordagem dos clássicos, nomeadamente no que diz respeito aos fenómenos de terciarização das economias, criação do Estado-Providência, desenvolvimentos de novas tecnologias e processos sociais de globalização. Actualmente, várias variáveis são consideradas na análise das classes sociais: além de variáveis mais clássicas como o rendimento, o prestígio, a profissão e o nível de escolaridade, vários autores sentem a necessidade de complexificar a análise e atendem igualmente a factores como o género, a etnia, a raça, a religião, a idade e a nacionalidade.

Referências bibliográficas:

Almeida, João Ferreira de (19959 (coord.), *Introdução à sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta.

Berger, Peter (s/d), “A sociologia como forma de consciência” in Adérito Sedas Nunes, *Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais: 23-36.

Bourdieu, Pierre (1980), *Questions de sociologie*, Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre *et al.* (1968), *Le métier de sociologue*, Mouton/Bordas.

Carvalho, J. M. Ferreira *et al.* (1995), *Sociologia*, Lisboa, McGrawHill.

Cruz, Manuel Braga (1989), *Teorias sociológicas. Os fundadores e os clássicos*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Pinto, José Madureira (1994), *Proposta para o ensino das ciências sociais*, Porto, Afrontamento.

Poulantzas, Nico (1975), *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Santos, Boaventura de Sousa (1989), *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.

Silva, Manuel Carlos (1991), "Geografia e sociologia" in Raquel Brito e Maria de Lurdes Poeira (coord.), *Didáctica de geografia*, Lisboa, Universidade Aberta: 172-175.